

“SEM DISPÊNDIO PARA A FAZENDA”: ESTRATÉGIAS E FINALIDADES DA OCUPAÇÃO COLONIALISTA DO INTERIOR NO SUL DE MOÇAMBIQUE, 1895-1903

Marcos Dias Coelho¹

Um dos principais arquitetos da ocupação colonial portuguesa, Mousinho de Albuquerque, explicava em seu relatório que ocupar era “quase sinônimo a administrar” e que a consecução desta administração consistia em “organizar, dividir e subordinar” a população e seus territórios, para promover a “submissão e pacificação indispensável para se iniciar a sua civilização pelo comércio e pela agricultura” (ALBUQUERQUE, 1934, p. 27). Demonstrar algumas estratégias colonialistas da ocupação do interior do sul de Moçambique e alguns significados desta ocupação é o principal objetivo deste artigo. Para tanto, procederei a uma descrição da montagem das estruturas prediais e espaciais onde habitariam os administradores e comandantes responsáveis pelas circunscrições e comandos militares que dividiram politicamente o território colonial.²

Em 1895, o Reino de Gaza foi derrotado militarmente e Gungunhana, seu último *inkosi*, capturado e levado para o exílio na Ilha de Açores, juntamente com sua família.³ Essa vitória militar foi,

¹ Doutor em História da África pela Universidade Estadual de Campinas.

² Este artigo é parte de um dos capítulos de minha tese *Maphisa&Sportsmen: a caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo – c1895-c1930*, sobre a caça, os caçadores e colonialismo no Sul de Moçambique, financiada pela CAPES (COELHO, 2015). Esta análise deteve-se ao período de 1895-1903 por se tratar do intervalo entre a derrota do Reino de Gaza para os portugueses e a promulgação do primeiro regulamento de caça desta colônia portuguesa. Para esta análise, utilizei um grande número de exemplares do *Boletim Oficial de Moçambique*, fonte rica em informações oficiais sobre a administração colonial. Vale ainda salientar que utilizei outros documentos oficiais, como a correspondência administrativa colonial e relatórios. Optei por nomear alguns destes documentos, principalmente aqueles que constantes de uma mesma caixa não traziam informações precisas sobre a sua natureza, ou seja, pus títulos, principalmente, nas correspondências, ofício e memorando não nomeados, de acordo com o assunto que o documento discorresse.

³ O Reino de Gaza, Estado angune, que controlava um grande território na região sudeste do continente africano entre 1821 e 1895, foi o grande obstáculo dos portugueses ante as tentativas destes de ocupação do sul do território de Moçambique. Quatro monarcas ocuparam o seu trono: Manicusse, o fundador do reino; Mawewe seu filho mais novo; Muzila, outro filho de Manicusse que destituiu Mawewe; e Gungunhana, neto de Manicusse e filho de Muzila, que foi o último soberano de Gaza, deposto pelos portugueses em 1895 (SANTOS, 2010).

segundo Lorenzo Macagno, “o primeiro passo dado antes da consolidação e fortalecimento do sistema administrativo”. Ela é também conhecida como o marco da “ocupação efetiva” de territórios da África Oriental por Portugal” (MACAGNO, 2001, p. 63). Gaza estava supostamente avassalado a Portugal, contudo, a suserania portuguesa ainda não havia sido convertida em domínio. Gungunhana usou artifícios diplomáticos e tirou proveito da rivalidade anglo-portuguesa e mesmo da fraqueza militar de Portugal para preservar seu poder político na região (SANTOS, 2010, p. 157). Mesmo para os britânicos, Gungunhana transformara-se em um entrave a ser superado, tanto que a derrota imposta pelos portugueses ao referido soberano elevou internacionalmente a imagem dos lusitanos, que alguns anos antes passara pelo vexatório incidente do Ultimato britânico de 1891.⁴ Neste sentido, a derrota de Gaza foi uma vitória terapêutica, para usar a feliz expressão de René Pellissier (PELLISSIER, 1994, Vol. 2). Derrota que legou aos portugueses o direito político sobre os territórios controlados pelo *inkosi*, inclusive no entendimento das *autoridades políticas da terra*.⁵

⁴ O *Ultimatum* britânico contra Portugal consistiu numa determinação política imposta pela Inglaterra exigindo que Portugal se retirasse do território do Chire, região sudoeste do Lago Niassa na qual os portugueses haviam se imposto pela força das armas, sob ameaça de retaliação militar da Real Armada da Rainha (PELLISSIER, Vol. 2, 1994, p. 50-69).

⁵ Utilizo “autoridade política da terra” para nomear as lideranças das unidades políticas do sul de Moçambique. Faço uso deste termo por alguns motivos. Primeiro busco evitar a homogeneização de termos como régulos, cabos da terra e chefes indígenas, entre outros, usado pelo poder colonial. Além disso, procuro evitar a designação “autoridade tradicional” por discordar do adjetivo “tradicional” que em certa historiografia africana, mas não só, remete a uma antítese do adjetivo “moderno”, este significando o arranjo cultural do desenvolvimento inventado pelo ocidente enquanto aquele significando a estagnação cultural própria das sociedades africanas pré-coloniais. Ademais, em que pese o termo “tradicional” possui outros significados, como por exemplo, artefatos ideológicos ou práticas sociais inventadas, exigiria de mim o exercício de definir conceitualmente sobre qual tipo tradição pretendo discorrer toda vez que usasse o conceito. Por tudo isso, penso ser melhor fazer uso dos atributos que, segundo H. A. Junod, autoridade política tsonga engendrava em sua cultura. Segundo esse autor, o chefe era a terra, por isso nada melhor que usar desta atribuição para definir essa posição secular de intermediário entre o sagrado e o temporal a partir do costume das sociedades locais (JUNOD, Tomo I, 1996, p. 366). Sobre “autoridade tradicional” ver especialmente o primeiro capítulo de (FLORÊNCIO, 2005). Sobre a dicotomia entre moderno e tradicional na *História Geral da África* ver (SOARES, 2014, p. 62-74). Sobre as tradições inventadas fora e dentro da África ver (HOBSBAWN, 1997, p. 09-23; RANGER, 1997, p. 219-269).

Contudo, o sucesso militar não garantiu o imediato domínio português sobre a região. O exercício de comando político exigiu a constante presença de forças militares para reprimir as sublevações posteriores a derrota de Gaza. Algumas autoridades políticas da terra, fiéis ao Gungunhana, organizaram uma série de revoltas ainda pouco estudadas.⁶ A mais conhecida dessas revoltas foi liderada pelo general Maguiguana Cossa, morto por Mousinho de Albuquerque em 1897, em uma campanha militar em Gaza. Talvez essa tenha sido a principal causa de as autoridades coloniais portuguesas terem imposto uma série de avassalamento em toda a região sul de Moçambique, principalmente no interior onde o domínio era apenas nominal.⁷

O fato é que no início de 1901, como representado no mapa (Figura 1), o sul de Moçambique estava politicamente dividido em três distritos. O distrito de Lourenço Marques constituía a sede do governo colonial, estava situado no extremo sul da colônia, no território em volta da baía de Lourenço Marques e fazia fronteira ao sul com o Natal a oeste com a Swazilândia e com o Transvaal e a leste com o oceano Índico. Ao norte do distrito de Lourenço Marques estava o distrito militar de Gaza que fazia fronteira com o Transvaal a oeste, com as terras da Companhia de Moçambique a norte e com o distrito de Inhambane a leste. E por fim, o distrito de Inhambane se limitava a leste com o Índico e a norte com as terras da Companhia de Moçambique.

⁶ Indício destas revoltas podem ser vistos nos seguintes documentos: 1) Campanha de Gaza. *Suplemento do Boletim Oficial de Moçambique* de 16 de Julho de 1898; 2) *Autos do inquérito sobre a projetada revolta cafreal em terra de Gaza, 10.05.1900*. AHM, Séc. XIX – Governo do Distrito Militar de Gaza, cota: 8-15, maço: 1; 3) *Gaza*. O Progresso de Lourenço Marques de 26 de Janeiro de 1902. Sobre a revolta de Maguiguana há alguns estudos pontuais, mas sobre as revoltas subsequentes não há referência na bibliografia que consultei sobre o tema.

⁷ Os autos ou termos de avassalamento ou vassalagem são documentos escritos que firmavam procedimentos das alianças políticas muito antigos e remontam ao período medieval. No século XVIII e XIX, estes termos e autos de vassalagem, com as mesmas fórmulas escritas dos tempos medievais, foram usados para o estabelecimento de alianças políticas entre representantes da Coroa portuguesa e autoridades política em Angola. Estas autoridades apropriaram-se desta forma burocrática de aliança para auferir distinção política em seus domínios, transformando completamente o significado destes registros, ver (SANTOS, 2006). Assim como durante os séculos XVIII e XIX houve grande transformação do significado destes documentos, é possível entender que as mesmas fórmulas escritas continuassem a ser usadas para impor um domínio político completamente diferente daquele celebrado até as últimas décadas do século XIX em Moçambique, ou seja, embora com fórmulas semelhantes estes termos passaram a ser impostos depois da ocupação por meio da força das armas, ameaçando aqueles que se predispuessem a se rebelar contra a ocupação colonial.

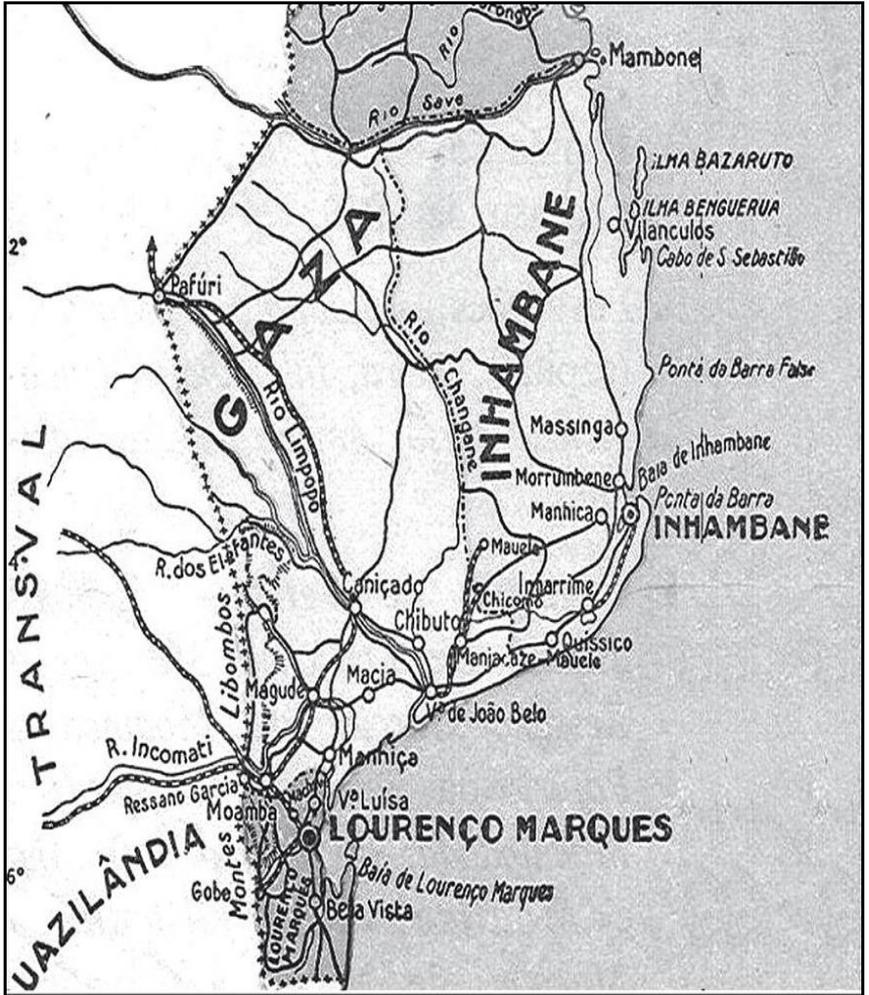


Figura 1: Mapa dos distritos do sul de Moçambique

Fonte: ROQUE, 2014, p. 7.

O distrito de Lourenço Marques era constituído por cinco circunscrições e pelo concelho de Lourenço Marques. A 1ª circunscrição das terras da coroa, Marracuene; a 2ª circunscrição, Manhiça; a 3ª circunscrição, Sabié, era comandada por José Francisco

da Rosa; a 4ª circunscrição, Magude; a 5ª circunscrição, Maputo.⁸O distrito de Inhambane era formado por oito comandos militares e pelo concelho de Inhambane.: o Comando Militar de Bazaruto, o Comando Militar de Inharrime, o Comando Militar de Panga, o Comando Militar de Maxixe, o Comando Militar de Manhiça, o Comando Militar de Villanculos, o Comando Militar de Chicomo e o Concelho de Inhambane. Havia ainda a pequena administração de Guilala.⁹O distrito militar de Gaza era composto por seis comandos militares. O Comando Militar do Bilene, o Comando Militar do Guijá, o Comando Militar dos M'chopes, o Comando Militar de Munche, o Comando Militar da Namaacha e, por fim, o Comando Militar de Chibuto, sede do governo do Distrito. Este último comando estava subdividido nas povoações do Chai-Chai, que décadas mais tarde tornar-se-ia a capital de Gaza, e da Barra do Limpopo, onde estava localizada a oficina da esquadilha das embarcações militares.¹⁰

Se nem a vitória militar, nem os numerosos avassalamentos eram suficientes para garantir a posse do território que os portugueses haviam usurpado do Reino de Gaza, fazia-se necessário manter uma vigilância constante sobre a região sul de Moçambique. Para tanto, entre 1895 e 1903, foram elaboradas reformas regimentais e fez-se o reconhecimento do território. Simultaneamente a estas duas iniciativas, dividiu-se o território em regiões administrativas menores. Concomitantemente, desbastava-se os locais escolhidos para as sedes administrativas, construíam-se casas para a administração e calabouços para prisões, plantava-se nas quintas regionais bem como abriam-se estradas.

Em maio de 1895, no comando militar de Inharrime, foram construídos “quatro barracões de 20m x 6m, no alto ao norte do comando e dois de 25m x 6m, no cabo Chacane, lugar de Chiuzane”. Estes barracões eram de “madeira e caniço e cobertos de palha, sendo os do comando rebocados e caiados”. Além destes dois barracões,

⁸Informações dos Districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 5, de 2 de fevereiro de 1901; Informações dos Districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 6, de 9 de fevereiro de 1901.

⁹ Informações dos Districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 8, de 23 de fevereiro de 1901.

¹⁰ Informações dos Districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 9, de 2 de Março de 1901.

previa-se a continuidade da construção, uma vez que se trazia “madeira para o comando para se construírem mais”.¹¹

Cinco anos depois, em agosto de 1900, começava-se a fabricar tijolos e telhas no Sabié, 3ª circunscrição de L. Marques. Ao mesmo tempo, construíam-se os alicerces de alvenaria para um portão da sede da circunscrição e construía-se uma embarcação de fundo chato. Em Inhambane, faziam-se reparos na casa do comando militar de Homoíne e começava a pintura da sede da administração do comando militar do Chicomo.¹² No mesmo distrito, no comando militar de Cumbana, fez-se “algumas transformações no abarracamento do comando: alinharam-se palhotas, demoliu-se um grande barracão que servia de calabouço e estava ameaçado de ruinar, e deu-se princípio a outros”. No comando militar de Zavala, começava-se a “construção da casa desmontável, para o comando”, enquanto no comando militar de Panda procedia-se a “factura d’uma casa para residência do comando com elementos cafreais [leia-se palhota] e sem dispêndio para a fazenda”.¹³ No comando militar do Chibuto, foram manufaturadas “janelas com grades para os calabouços”.¹⁴ No comando militar de Munche, em Gaza, o alferes Alfredo Alpoim justificava que não pode fazer nenhuma obra, por não haver “pessoal habilitado para isso” e que os “pretos [eram] empregados em reparações de fortificação do comando e serviço dos mesmos”.¹⁵ Em Manhiça, estava sendo construída uma igreja.¹⁶

Em Munche, depois de um temporal, o alferes Alpoim declarava que a palhota das praças havia ficado em estado deplorável “pondo assim em risco a vida dos europeus”, pois aquelas palhotas não serviam sequer “para habitação de pretos” e que a única solução

¹¹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 1, de 4 de janeiro de 1896.

¹² Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 38, de 22 de setembro de 1900.

¹³ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 41, de 13 de outubro de 1900.

¹⁴ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 44, de 3 de novembro de 1900.

¹⁵ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 6, de 9 de fevereiro de 1901.

¹⁶ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 11, de 16 de março de 1901.

seria a “construção de casas de madeira cobertas com zinco”.¹⁷ Embora a construção estivesse parada, este tipo de casa estava sendo construída no Sabié, que, por causa da paralização, estava “sofrendo o prejuízo [de] empenarem e arruinarem-se as madeiras pela falta de cobertura e travamento”.¹⁸ Na circunscrição de Maputo, foi “construída uma casa de madeira e zinco para alojamento de um posto militar”.¹⁹ Também no comando militar de Uanetzi construía-se “a casa da residência de madeira e zinco por conta das obras públicas”, neste caso houve dispêndio para a Fazenda.²⁰ Mais tarde, os prédios da administração colonial passaram a ser construídos em alvenaria, como a “casa de madeira, cal e areia que media 8m x 5m com duas divisões”, construída para ser a secretaria e dispensa da sede do comando militar de Vilanculo, em agosto de 1901.²¹

Estas “casas” eram, na verdade, palhotas melhoradas que iam gradativamente sendo aprimoradas. Tais prédios foram usados como escritório da secretaria da administração das circunscrições e comandos militares, residência do administrador, do amanuense e do telegrafista. Existiam construções com funções de prisão, ambulatório, entre outros. Nas circunscrições e nos comandos mais desenvolvidos, havia até celeiros para cavalos, gado bovino e muares geralmente usados para a tração dos carros alentejanos. É o que informa Mousinho de Albuquerque sobre a montagem da sede administrativa do Chibuto, capital do distrito militar de Gaza:

Foi montada a princípio de uma forma muito primitiva, em casas de palha, tendo-se a pouco e pouco melhorado as instalações e a defesa. Assim, hoje, existem ali, feitos de alvenaria, a padaria, o paiol, a casa dos oficiais e, em madeira e zinco, a residência do governador, a secretaria, a repartição militar, a repartição de fazenda, o depósito de material de guerra, o parque e as oficinas diversas; e está já em meia

¹⁷ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 9, de 2 de março de 1901.

¹⁸ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 13, de 30 de março de 1901.

¹⁹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 6, de 9 de fevereiro de 1901.

²⁰ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 34, de 24 de agosto de 1901.

²¹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 41, de 12 de outubro de 1901.



construção o quartel de alvenaria para a polícia²² (ALBUQUERQUE, 1934, p. 283-4).

Tais edificações eram construídas “sem dispêndio para a fazenda”, pois exigia-se das autoridades políticas da terra o fornecimento de pessoal para prestar serviço público obrigatório de sete dias. Uma espécie de imposto em trabalho, estabelecido pelo estado colonial e prescrito no Regulamento das circunscrições de 1896.²³ Certamente, estas cobranças podem ter sido um dos fatores que provocavam insatisfação e revolta, como a insubordinação no comando militar de Zavala, reportada J. Vilhena, liderada “pelos cabos Mitocorro e Macassimbe do régulo Zandamella” em agosto de 1900. Os revoltosos foram presos no comando militar dos M’Chopes, depois de tentarem se refugiar em Gaza.²⁴

Para manter habitável a região onde estava sediada cada circunscrição, havia a necessidade de desbastar o mato em volta destes povoados administrativos. Em Cumbana, na sede do comando militar, foram “consideravelmente alargados os horizontes do comando pela surriba de grandes porções de mato”.²⁵ No mesmo comando em 1901, procedia-se aos desbastes da “maior parte do matagal que o circunda[va]”. Para tanto estavam sendo “empregadas nestes serviços algumas centenas de pessoas” que trabalhavam “sem remuneração e sem esforço” (sic). Tais trabalhadores eram recrutados e enviados quinzenalmente pelas autoridades da terra.²⁶ Em Inharrime, abria-se “uma vala para o esgoto do pântano a W. [oeste] da estrada e

²²Os carros alentejanos, com capacidade para transporte de até 500 quilos e puxados por muare, eram o meio de transporte escolhido para ser usados nas estradas não macadamizadas construídas pela gente das povoações locais. Além deste tipo de carroça, existiam os carros boers. O próprio Albuquerque promulgou uma portaria que proibia o contrato de carregadores onde houvessem “estradas carreiteiras” para “diminuir a concorrência com o governo” e incentivar esta forma de transporte. Portaria 70 de 26 de julho de 1897, *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 39, de 25 de setembro de 1897.

²³*Regulamento das Circunscrições dos Districtos de Lourenço Marques e Inhambane*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908..

²⁴ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 41, de 13 de outubro de 1900. Houve ainda outra rebelião, um mês depois, em Zavalla com sublevação do cabo Bahuluane do regulo Kanda e dos cabos Inhacoongue e Dão do regulo Mavilla. Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 43, de 27 de outubro de 1900.

²⁵ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 41, de 13 de outubro de 1900.

²⁶ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 31, de 4 de agosto de 1900.

continuação do aterro do que fica a leste”.²⁷ Para as sociedades do sul de Moçambique, o desbaste de espaço no mato para a construção das aldeias não era novidade. Nessa limpeza, abria-se uma clareira no meio de um bosque e cercava-a com uma sebe de ramos espinhosos de 45 a 60 centímetros de altura (JUNOD, Tomo I, 1996, p. 285-6). Contudo, vale destacar que o desmate promovido pela administração colonial visava a higienização para garantir a sanidade do espaço administrativo para os colonos que eram constantemente afetados pelas doenças locais como a malária, apesar do uso do quinino.

O acesso a água constituía-se um dos fatores fundamentais para a interiorização da ocupação portuguesa. Em Marracuene, 1ª circunscrição de L. Marques, iniciava-se a montagem de um pulsômetro para bombear água do rio para consumo da administração.²⁸ Construção que ainda não havia sido concluída em 1903.²⁹ No comando militar do Chibuto, o pulsômetro bombeava água do rio Limpopo e poupava “o excessivo trabalho do transporte de água em carros” (ALBUQUERQUE, 1934, p. 283). Além disso, “aumentou-se a altura das paredes de depósito de água na fonte da pedreira e cobriu-se com zinco”.³⁰ O mesmo comando sofreu com um violento temporal, em janeiro de 1901, por isso estava procedendo a “reparação da bomba na fonte” que havia sido danificada no temporal.³¹ No Sabié, estava sendo construído o “reservatório para a água do pulsômetro”.³² No comando militar de Maxixe, em maio de 1903, abriu-se “um poço que foi revestido de zinco”.³³

Além da limpeza dos terrenos, construção de prédios e abastecimento de água, era importantíssimo a construção de vias de acesso. Em Inhambane, ainda durante o ano de 1900, construía-se uma

²⁷ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 8, de 23 de fevereiro de 1901.

²⁸ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 31, de 4 de agosto de 1900.

²⁹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 12, de 21 de março de 1903.

³⁰ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 9, de 3 de março de 1901.

³¹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 44, de 3 de novembro de 1900.

³² Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 6, de 9 de fevereiro de 1901.

³³ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 25, de 20 de junho de 1903.

ponte sobre o rio Mutamba, no comando militar de Maxixe.³⁴ Esta ponte, em janeiro de 1903, estava sendo substituída por outra de ferro.³⁵ Em Cumbana, no mesmo distrito, estavam sendo limpas “as estradas que conduziam a Inharrime, Maxixe e Coguno. Regularizaram-se quanto á largura, e foram orladas de ananases em grandes extensões”. Em Inharrime, procedeu-se a “abertura da estrada para o [rio] Inharrime, construção [de ponte] sobre o Inharrime, sem dispêndio para a fazenda”.³⁶ Em Cumbana, no mês de setembro, concluíam-se a estrada de Manhiça bem como “deu-se princípio à estrada de Oeste (para Panda) e à estrada de Leste (para o vau Dindella, no rio Mutamba)”. Abriram-se, ainda em Inharrime, “as estradas para Angulela, para o Zavalla direção Muane Quisico, em novo lance na [estrada] de Coguno.”³⁷ No comando militar de Massinga, em novembro de 1900, foram interrompidos “os trabalhos de estradas em benefício dos trabalhos agrícolas”, pois havia chovido em 29 de outubro, exigindo que os trabalhadores fossem semear o milho e o amendoim em suas terras.³⁸ Em Gaza, no comando militar do Bilene, as estradas estavam sendo “limpas e arborizadas”, embora muito “lentamente devido a ter chovido nos últimos tempos e o pessoal indígena ter absoluta necessidade de semear e cultivar suas machambas”.³⁹ Nos comandos militares de Cumbana, Zavala, Chicomo e Manhica, em 1903, continuava-se a “limpeza e conservação das estradas, sem dispêndio para a fazenda”.⁴⁰

Esta rede de estradas era estritamente necessária, segundo comissário régio que determinou a sua construção, para manter o domínio sobre o território. No distrito de Inhambane, por exemplo, era “necessário que o governador do distrito” o percorresse “diferentes vezes, pondo-se em relações diretas com numerosos régulos que o

³⁴ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 38, de 22 de setembro de 1900.

³⁵ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 11, de 14 de maio de 1903.

³⁶ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 41, de 13 de outubro de 1900.

³⁷ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 43, de 27 de outubro de 1900.

³⁸ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique* Nº 46, de 17 de novembro de 1900.

³⁹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 17, de 25 de abril de 1903.

⁴⁰ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 9, de 2 de março de 1901.

povoa[v]am”. Desta forma, “as sedes dos comandos foram ligadas entre si por estradas largas, cuja a conservação esta[va] a cargo dos régulos e cabos” e totalizavam uma “extensão de 728 quilómetros” (ALBUQUERQUE, 1934, 279-80). Desnecessário dizer que todo este trabalho de construção e manutenção das estradas resultava na exigência de maior prestação de serviço para as populações sob o domínio colonial, salientando que estas estradas beneficiavam principalmente o exercício da administração portuguesa.

A produção agrícola constituía mais uma atividade colonial e estava sendo experimentada nas quintas regionais. As duas primeiras quintas regionais foram criadas junto às sedes das 1ª e 2ª circunscrições de Lourenço Marques, respectivamente Marracuene e Manhica. Contudo, nada impedia que o experimento fosse tentado em outras circunscrições ou comando militares. No distrito militar de Gaza, havia uma tentativa de produção agrícola, onde se semeava “feijão frade, feijão branco e ervilhas e plantou-se couve de várias qualidades, alfaces, nabos, cebolas, tomates e mandioca”, dos quais se esperava “dar ótimo resultado”.⁴¹ Na circunscrição do Sabié, em agosto de 1900, procedia-se à “plantação e rega de produtos horticultores”, bem como “a cava preparatória para as sementeiras”.⁴² Um mês depois, foram feitos podas e enxertos nas árvores, ao passo que procedia-se a rega”.⁴³ Ainda no Sabié, em janeiro de 1901, também na quinta regional iniciava-se “uma plantação de 76.276 estacas de mandioca e uma pequena sementeira de milho, visto a falta de gente e a estiagem não permitirem que se fizesse em maior escala”. Devido à seca, “regaram-se a braços, quase diariamente, as árvores do acampamento”.⁴⁴

Na quinta de Manhica, em novembro de 1900, havia sido plantado “mandioca, 34 hectares; batata doce, 2 hectares; amendoim, 58 hectares; milho, 62 hectares; rícinos, 4 hectares; mapira, 2 hectares”. Além disso, estavam “prometedoras algumas árvores de fruto como limoeiro doce, pereiras, macieiras, cajueiros e alguns pés

⁴¹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 38, de 22 de setembro de 1900.

⁴² Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 35, de 1 de setembro de 1900.

⁴³ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 45, de 10 de novembro de 1900.

⁴⁴ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 11, de 16 de março de 1901.

de vinha”.⁴⁵ Em 1903, já colhia-se “o milho produzido na quinta regional e alguma batata doce”, como também já estavam “preparadas para nova sementeira parte das terras na margem esquerda do [rio] Incomati”.⁴⁶ Em Inharrime, nas “plantações do governo”, concluíam-se a sementeira do amendoim e do milho. Semeava-se “arroz no pântano em frente ao comando e nas margens o rio Nhanjava. Replantação de alguns pés de café”. E logo logo dar-se-ia a conclusão “da plantaçao de mandioca”.⁴⁷ Em 1903, em Magude, na “quinta da circunscriçao” procedia-se “a sementeira e plantaçoes de produtos hortícolas, plantaçao de árvores frutíferas, sementeiras e sacha de milho”.⁴⁸

Em que pese as intempéries climáticas que algumas circunscriçoes tiveram que enfrentar por falta ou excesso de chuvas, estas quintas regionais tinham um objetivo muito claro: sua “utilidade e importância fundamental” consubstanciava-se na efetiva ocupação e dominação política do território bem como na exploração econômica dos trabalhadores e recursos da terra. Segundo Mousinho de Albuquerque, que implementou e advogava em favor desse tipo de empreendimento, havia quatro finalidades para as quintas regionais continuarem operando: a) por ser “o trabalho indígena” não remunerado, era possível “produzir por preços baixos gêneros de primeira necessidade”, facilmente comercializáveis no concelho de Lourenço Marques, “aumentando as receitas da Fazenda”; b) dessa produção poder-se-ia também “fornecer muitos gêneros para o rancho das praças, alimentação dos indígenas e dos solípedes”, representando “uma economia considerável” para a Fazenda colonial; c) as quintas se tornariam “escolas onde o indígena” aprenderia a “trabalhar e aproveitar as terras” experimentando diferentes culturas comercializáveis, ajudando a desenvolver a “exploração agrícola do distrito”; d) o recrutamento de trabalhadores facilitaria o “contato com o administrador e as autoridades da circunscriçao [de] um grande número de pretos das terras” e tornava o domínio político “mais efetivo e a administração fácil e justa” (ALBUQUERQUE, 1934 165-6).

⁴⁵ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 46, de 17 de novembro de 1900.

⁴⁶ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 12, de 21 de março de 1903.

⁴⁷ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 8, de 23 de fevereiro de 1901.

⁴⁸ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 12, de 16 de março de 1901.

Assim, uma norma geral constituía-se através de todas as atividades empreendidas pela ação colonizadora: a subjugação e expropriação do trabalho das populações locais. Vale salientar, entretanto, que muitas autoridades da terra colaboraram com a administração colonial. Aliás, de acordo com Betts, sem a colaboração destas autoridades não haveria empreendimento colonial (BETTS, 2010, p. 358-9). Em 1898, o governador geral enviou para os distritos uma circular com “instruções acerca da administração do distrito” e as seguintes recomendações:

1º Assegurar a paz e a ordem e evitar por todos os meios aconselhados por uma política prudente e sensata que se não deem causas a rebeliões, recomendando as autoridades subalternas que se abstenham de violências inúteis, exigências expressivas e inoportunas de imposto ou quaisquer outras que possam por elas ser praticados ou por comerciantes e traficantes e avisada aos comandantes de quaisquer forças que previnam e castiguem rigorosamente, segundo as leis qualquer abusos ou violências por parte dos seus subordinados.

2º Respeito, dentro da lei, pelos usos e costumes indígenas – adopção de todas as providencias que afastem violências e arbitrariedades na cobrança de imposto de palhota.⁴⁹

Destas instruções posso depreender tanto a ocorrência de abuso de poder que o governador geral tentava reprimir quanto uma preocupação em evitar confrontos abertos com as autoridades políticas da terra que auxiliavam a administração. Porém, em muitos casos, estas práticas não foram pacificamente aceitas por certo número destas autoridades. Tanto que havia certa preocupação em convencer estas populações a prestar gratuitamente os serviços públicos. O tenente Vianna e Andrade, chefe do comando militar do Uanetzi, gabava-se, em seu relatório mensal, de que as “relações dos indígenas com o comando” estavam “ganhando cada vez mais confiança; apresenta (vam)-se homens e até mulheres ao primeiro chamamento para

⁴⁹*Instruções para administração do distrito. 11.10.1898. AHM, fundo: Sec. XIX - Governo do Distrito Militar de Gaza, cota: 8-1, maço: 2.*

trabalharem”.⁵⁰ Contudo, em Inhambane, a ordem pública havia sido alterada. O governador de distrito de Gaza acusava ter recebido um “pedido de auxílio pelo governo de Inhambane” para debelar “uma nova revolta em Zavalla, terras d’aquela distrito”. Em outro informe, o comandante dos M’Chopes comunicava que para ajudar no restabelecimento da ordem “houve ocupação militar na parte do comando na fronteira de Inhambane, a fim de proteger as operações das forças d’aquela distrito para castigar os revoltosos”.⁵¹ Em outubro do mesmo ano, “houve uma insubordinação de três povoações do cabo Matanato, regulo Marvila”, no comando de Zavala.⁵² No Sabié, após ter fugido, apresentava-se

[...] o regulo da Moamba, Machative, acompanhado da irmã menor, com quem tinha fugido e que é a legitima herdeira do Magunduana no regulado, de todos os seus maiores indunas e de 250 pretos, protestando desejos de continuar a ser amigo da autoridade e de cumprir as ordens do governo.⁵³

Estas fugas, provavelmente desencadeada em virtude do recrutamento para o trabalho gratuito, pela insatisfação com a nova ordem política ou pela insatisfação com a cobrança do imposto da palhota não eram incomuns. Em Uanetzi, no início de junho de 1901, “fugiu para a fronteira transvaaliana o régulo das terras de Massavane, e mais tarde alguns indunas da povoação do aludido régulo, ignorando-se por enquanto a causa”.⁵⁴ No mesmo comando militar em 1903, o “chefe Jause do régulo Chuclune abandonou suas terras e foi para o Sabié com as suas famílias deixando 27 palhotas abandonadas”.⁵⁵ No comando militar de Chicomo, em agosto de 1901, “em virtude da relutância do pagamento do imposto da palhota” houve

⁵⁰ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 44, de 3 de novembro de 1900.

⁵¹ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 14, de 6 de abril de 1901.

⁵² Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 49, de 7 de dezembro de 1901.

⁵³ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 16, de 20 de abril de 1901.

⁵⁴ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 16, de 20 de abril de 1901.

⁵⁵ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, Nº 52, de 26 de dezembro de 1903.

uma rebelião com a participação de “dois cabos do régulo Guambá Pequeno” e com a “adesão de algumas povoações de outros dois pertencentes ao mesmo régulo”. No conflito, um dos aliados das autoridades sublevadas foi morto.⁵⁶ Percebe-se que mesmo com presença militar constante, que não tardava em reprimir qualquer contestação, a fuga e a sublevação eram utilizadas pela população local para livrar-se das estratégias de dominação portuguesa.

Das informações acima dispostas, reconheço que com certa repetição, é possível vislumbrar como se deu a ocupação do território através da construção das instalações militares e administrativas do poder colonial, bem como a submissão ou cooptação das autoridades políticas da terra. O papel destas autoridades era indispensável, uma vez que forneciam a força de trabalho necessária para a consecução dos trabalhos e “sem dispêndio para a Fazenda”.

Particularmente no sul de Moçambique, os portugueses tinham um concorrente muito forte com quem disputava as alianças de unidades políticas menores, o Reino de Gaza por isso, as alianças na região até 1895 eram circunstanciais e momentâneas. A vitória sobre Gaza elevou o poder lusitano e possibilitou a implantação do seu domínio. Este domínio dependia do auxílio das autoridades políticas da terra que por sua vez assumiam o papel de intermediários, algumas vezes para livrarem-se de represálias, outras para auferirem privilégios pessoais. É certo que a dependência colonial deste auxílio também limitava, de certa forma, o domínio colonial do território, pois havia necessidade de compensar as alianças com os novos cooptados. Contudo, a ordem e a soberania portuguesa na região não poderiam ser contestadas. Para esses casos, o uso da força era um recurso recorrente para reprimir as rebeliões.

Em meio a tudo isso, construía-se uma infraestrutura predial para abrigar todo o aparato administrativo colonial. Nesse aspecto, a exploração da força de trabalho como estratégia de redução de gastos é facilmente perceptível, principalmente pelo emprego da expressão “sem dispêndio para a Fazenda”. Esta força de trabalho era usada para muitas finalidades como o fornecimento de madeira, a construção de prédios, estradas e pontes sobre os quais a administração colonial pretendia não ter gastos. Há exemplo seiscentista na África Central no

⁵⁶ Informações dos districtos. *Boletim Oficial de Moçambique*, N° 41, de 12 de outubro de 1901.

qual esta fórmula já era usada. No século XVI, Garcia Mendes Castelo Branco tentava convencer o rei de Portugal a nomeá-lo ao cargo de comissário-geral em um projeto de colonização no qual prometia “não gastar vossa Majestade em oficiais nada” (CURTO, 2009, p. 307-8), contudo, mais de trezentos anos depois, o cenário havia mudado drasticamente. Portugal tinha perdido o estatuto de potência colonial e estava sendo desafiado por potências coloniais muito poderosas como a Inglaterra, a França e a Alemanha. Além disso, passava por grandes dificuldades econômicas (M’BOKOLO, 2011, p. 367-9). Por isso, Antônio Enes foi nomeado comissário régio de Moçambique, para

[...] coligir subsídios para a organização de um orçamento verídico de receitas e despesas dessa mal ajudada e esperançosa província, e bem assim de estudar e propor providência que habilitasse a sua administração para dispensar os subsídios quantitosos que a Metrópole lhe tem abonado anualmente, com mais generosidade do que bom critério (ENES, 1971, p.7).

Ora, “o império barato, que nada ou quase nada custava à metrópole” era um dos princípios norteadores do colonialismo em África (BETTS, 2010, p. 357), o qual não se deve confundir com o período da colonização de Antigo Regime ocorrido em Angola, como pretendem alguns autores anacrônicos.⁵⁷ Contudo, as iniciativas colonialistas não paravam por aí, os empreendimentos agrícolas das quintas regionais justificavam-se por quatro objetivos, dos quais três estavam relacionados diretamente a resultados econômicos da produção agrícola: a venda da produção ao Concelho de Lourenço Marques, fornecimento alimentar à própria circunscrição e a profissionalização do trabalhador local para atuar em plantações de monocultura de exportação.

Diante das evidências acima – por meio da qual demonstrei como uma nova infraestrutura administrativa, predial, agrícola e econômica foi sendo montada – parece ser um grande equívoco utilizar o termo colonialismo para definir o processo de criação de entrepostos comerciais, ou mesmo a instalação de pequenos núcleos de povoamento europeu no continente africano anterior ao fim do

⁵⁷ Pode-se verificar este tipo de uso inapropriado do conceito em (CANDIDO, 2014, p. 224; CARVALHO, 2010, p. 46; FONSECA, 2013, p. 240).

século XIX. Aliás, estes estabelecimentos sequer podem ser definidos por colonização. Além disso, foi possível sopesar muitos fatores e estudar algumas das mais importantes condições do plano de ocupação militar do sul de Moçambique, que por sua vez, eram parte do projeto colonial português para África,⁵⁸ Mas não só, demonstrei como se deu essa ocupação colonial na prática, baseando minha análise em fontes oficiais produzidas pela burocracia colonial em Moçambique. Exercício que se mostra muito útil para problematizar a afirmação de Valetim Alexandre, segundo a qual os interesses econômicos não eram orientações significativas para o projeto colonial.

⁵⁸ Estes foram os requisitos impostos por Valentim Alexandre para que as motivações econômicas pudessem ser aceitas como a “força motriz subjacente à expansão imperialista” (ALEXANDRE, 1995).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. Mousinho de. *Moçambique 1896-1898, Vol II*. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1934. Disponível em:

<<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1731.pdf>>; acessado em 20.09.2014.

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português. *Penélope*, Nº 15, (1995), p. 39-52.

BETTS, Raymond. A dominação europeia: métodos e instituições. In BOAHEM, Albert Adu (Ed.). *História Geral da África, Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 353-375.

CARVALHO. Flávia M. de. Ngolas, sobas, tendalas e macotas: hierarquia e distribuição de poder no antigo reino do Ndongo. In: RIBEIRO, Alexandre et al (Org.). *África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF*. Niterói, PPGHISTÓRIA-UFF, 2010.

CANDIDO. Mariana P. Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola. In: SERRÃO, José et al (Ed.) *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEH-IUL, 2014.

COELHO, Marcos Dias. *Maphisa&Sportsmen: a caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo – c1895-c1930*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

CURTO, Diogo R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ENES, Antonio. *Moçambique – relatório apresentado ao governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. Disponível em: <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1733.pdf>>, acessado em 20.09.2014.

FLORÊNCIO, Fernando. *Ao encontro dos mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2005.

FONSECA. Mariana B. O golpe político contra NzingaMbandi, Angola, século XVII. In: RIBEIRO, Alexandre e GEBARA, Alexander. (Org.) *Estudos Africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

HOBBSAWN, Eric. “Introdução: A invenção das tradições”. In: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (org) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

JUNOD, Henri-Alexander. *Usos e costumes dos bantu*. 2 Tomos. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a “Geração de 95”. In: FRY Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Catarina M. Escrever o poder os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas ndembu. *Revista de História*, Nº 155 (2006), p. 81-95.

SANTOS, Gabriela. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.

SOARES, Felipe. *A polifonia conceitual: a resistência na História Geral da África (UNESCO)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

RANGER, Terence. “A invenção da tradição da África Colonial”. In: HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (org) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

ROQUE, Ana Cristina. Disease and a cure in Mozambique health service report from the end of nineteenth century. *História, Ciência e Saúde*. Vol. 21, Nº 2, (2014), p. 1-21.

